

ALFABETIZAR E LETRAR: DESAFIO PARA PRÁTICA PEDAGOGICA

Maria das Graças Porto Pires

Mestranda – Universidade Federal da Bahia – UFBA – Brasil
Programa de Pós-graduação em Educação – PGEDU
Grupo de Pesquisa e Estudos Pedagógicos – GPEP
E-mail: mgracappires@hotmail.com

Lucimar Gracia Ferreira

Mestranda - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -Brasil
Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED
Grupo de Pesquisa e Estudos Pedagógicos - GPEP
E-mail: lucimargracia@gmail.com

Resumo: O presente artigo é um estudo bibliográfico que revelam os desafios da prática pedagógica alfabetizadora para alfabetizar letrando. Neste estudo, discutimos as implicações decorrentes da alfabetização na perspectiva do letramento, a partir das reflexões em torno da natureza da alfabetização e do letramento, dada a especificidade de cada termo, do papel da escola enquanto espaço social do ensino formal da escrita e da prática pedagógica alfabetizadora neste processo. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o processo alfabetizador é um processo de interação com a língua, em que os aprendentes tornam-se produtores e realizam ações de reflexão sobre a escrita e a leitura.

Palavras chave: Letramento. Prática pedagógica. Processo alfabetizador.

INTRODUÇÃO

Ao vivenciarmos um período de descobertas que ocorreu no final do século XX a escola e os profissionais de educação começam a ter consciência de que não basta somente alfabetizar, mas que é preciso viabilizar aos educandos a oportunidade do contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita. Os profissionais da educação, então, passaram a buscar novas competências para ensinar. Em decorrência disso, a aprendizagem proposta começou a deixar de ser mecânico, fato que foi ocasionado pela consciência de que não mais era preciso, aquela angústia da obrigação de se ter que ensinar a ler e a escrever em pouco tempo.

Nesse aspecto, Ferreira (2001) muito contribuiu para a mudança de postura do alfabetizador, trazendo a este o entendimento de que a alfabetização envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística. Assim, ela deixa claro que alfabetizar deixa de ser apenas a apropriação de um código de forma mecânica, mas que

esta perpassa esse conceito, necessitando, então, para sua concretização, acontecer simultâneo ao processo de letramento. Este letramento é capaz de trazer a compreensão da dimensão sociocultural da língua escrita e do aprendizado.

Há de se considerar que uma alfabetização descontextualizada não dá conta de acompanhar as transformações socioeconômicas de um país, uma vez que a sociedade favorece a ampliação e a circulação de várias fontes e tipos de textos. E isto não depende somente do professor, mas da reconstituição que o educando faz da sua relação com o mundo e com a linguagem que o rodeia.

Reconhecemos, então, que uma das funções da escola, hoje, é alfabetizar os alunos em um contexto letrado, ou seja, um contexto que envolva as práticas sociais de leitura e escrita. Com essa aprendizagem, os alunos se tornam usuários da escrita em suas diferentes funções sociais, mesmo não estando ainda alfabetizados. Nessa perspectiva, a aprendizagem deixa de estar centrada nos processos de codificação e decodificação do sistema.

Realçamos que, o ato de ler e escrever não se constituem como naturais, mas revelam-se como processos que ocorrem a partir das interações sociais estabelecidas, conduzindo-os à assimilação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, com vistas à sua reelaboração. A escola, enquanto agência por excelência de produção de conhecimentos desempenha um papel de fundamental importância no processo de aquisição da língua escrita, ao desenvolvê-la de forma sistematizada, atribuindo sentido ao aprendizado da leitura e da escrita, por meio das interações estabelecidas no contexto escolar.

Assim, a prática pedagógica deva ser uma atividade inserida no processo de ensino-aprendizagem, onde o estudo de línguas passa a ser necessário para que a leitura e a escrita sejam compreendidas de forma mais significativa para o educando. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o processo alfabetizador é um processo de interação com a língua, em que os aprendentes tornam-se produtores e realizam ações de reflexão sobre o que aprendem a ler.

Este artigo dialoga com teóricos da área de alfabetização por acreditar que só compreendendo o fenômeno, numa dimensão teórica, dentro de uma abordagem qualitativa, é que melhor se poderia entender, analisar e interpretar os fatos e construir um conhecimento. A validade do presente trabalho se dá devido à grande relevância que o mesmo pode significar na atuação dos educadores, em seu posicionamento metodológico, no que diz respeito à sua formação.

DESAFIOS DE ALFABETIZAR E LETRAR

A importância dos professores para a oferta de uma educação de qualidade para todos é amplamente reconhecida. Formar alfabetizadores tem sido parte importante para uma educação de qualidade. A formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil.

Para Soares (2004) a alfabetização é “[...] a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever”, ao tempo que letramento “[...] é estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. Entende-se a alfabetização como sendo um caminho para o letramento; alfabetizado é aquele indivíduo que conhece o código escrito, que sabe ler e escrever. Dessa forma foi necessário ampliar esses conhecimentos, os indivíduos precisavam compreender o sentido dos textos.

Participar de práticas sociais de leitura e escrita é importante não só para o processo de alfabetização, mas também para a apropriação da língua escrita em situações reais de uso. Desse modo, a alfabetização na perspectiva do letramento deve evidenciar a importância do trabalho com os diversos gêneros textuais, com base nos diferentes suportes de leitura.

Ao diferenciar alfabetização e letramento, Soares (2004), provoca um impacto qualitativo que acaba valorizando o que este conjunto de práticas sociais passa a representar para o sujeito e extrapola a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita. Nesse sentido:

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (In Ribeiro, 2003, p. 91).

É no processo de alfabetizar letrando que o professor proporciona ao homem tornar-se um ser global, simbólico e social; um cidadão inserido na civilização moderna com perfeito domínio dos símbolos da comunicação, pois, na sociedade do conhecimento, a capacidade de saber ler e escrever é uma habilidade indispensável para se sobreviver ao desemprego e a exclusão social. Neste aspecto, o letramento vai sendo concebido como pré-requisito da alfabetização ou a alfabetização passa a ser considerada parte integrante do letramento no processo de aquisição do código?

Esta questão a autora, deixa claro que no Brasil, o letramento surgiu enraizado no conceito de alfabetização, originando dessa forma uma confusão entre a especificidade de cada termo, provocando uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, o que tem conduzido certo apagamento da alfabetização. Então entendemos que alfabetizar e letrar são dois processos simultâneos, o que talvez até permitisse optar por um ou outro termo, como sugere Emília Ferreiro (In: NOVA ESCOLA, 2003, p. 30), com o argumento de que em alfabetização já estaria compreendido o conceito de letramento, ou vice-versa, seria verdade, que por alfabetização se estaria entendendo muito mais que a aprendizagem grafo-fônica.

Nos dias atuais, é relevante conhecer muito mais as práticas sociais do que funcionamento do sistema de escrita. Neste sentido, Tfouni (1995, p. 20) afirma que “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócios históricos da aquisição de uma sociedade”. Assim, alfabetizar e letrar necessariamente devem ser simultâneos. Pois no mundo atual não podemos compreender um alfabetizar sem letrar, visto que nesta sociedade tecnológica exigem os dois processos.

Atualmente, estamos vivendo em uma sociedade, em que as crianças chegam à Unidade Escolar com diversos tipos de conhecimentos em relação à cultura letrada. É importante que a prática pedagógica faça o uso da leitura e da escrita, utilizando diversos portadores de textos, que contenham diferentes gêneros textuais, como leitura de anúncios, revistas, jornais, realizações de bilhetes, cartas, para que assim a criança possa se interagir ao mundo letrado, logo no início de sua trajetória alfabetizadora assim:

A experiência com textos variados e de diferentes gêneros é fundamental para a constituição do ambiente de letramento, a seleção do material escrito, portanto, deve estar guiada pela necessidade de iniciar as crianças no contato com diversos textos e de facilitar a observação de práticas sociais de leitura e escrita nas quais suas diferentes funções e características sejam consideradas. Nesse sentido, os textos de literatura geral e infantil, jornais, revistas, textos publicitários, entre outros, são os modelos que se podem oferecer as crianças para que aprendam sobre a linguagem que se usa para escrever. (BRASIL, 1998, p. 151-152).

A partir das situações de letramento presentes em seu cotidiano, uma vez que os textos apresentam situações comunicativas diferenciadas, é possível o aluno compreender que a estrutura e a organização dos textos estão relacionadas a diferentes funções que exercem nas práticas cotidianas da realidade, ou seja, uma carta, uma receita culinária, uma bula, um

anúncio de jornal, um bilhete, um folheto informativo, dentre outros suportes textuais. É necessária uma proposta pedagógica que dê suporte ao pleno desenvolvimento desses aspectos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita desde o início do processo alfabetizador, tendo em vista proporcionar ao aluno a formas de utilização da escrita para diferentes finalidades.

É preciso combinar alfabetização e letramento, assegurando aos alunos tanto a apropriação da escrita, como o domínio das práticas de leitura. Surge então o desafio para o professor na atualidade, o “alfabetizar letrando”, ou seja, possibilitar que a criança conviva com variados portadores de texto ao mesmo tempo em que constrói a base alfabética. As práticas em sala de aula devem estar orientadas de modo que se promova a alfabetização na perspectiva do letramento. Esse exercício

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória... habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura [...] (SOARES, 2001, p.92)

O desafio de alfabetizar letrando se dá no processo de apropriação da escrita pela criança, apresentar propostas de aprendizagem de maneira competente com situações significativas de aprendizagem, proporcionando a possibilidade de transformação da realidade, sobretudo considerando o direito de todos à apropriação da escrita enquanto bem cultural. Desse modo, é necessária a reflexão em torno das práticas de letramento desenvolvidas no processo de alfabetização, pois encontramos a escrita em diferentes ambientes sociais, essa que faz parte do nosso cotidiano, sobretudo com o advento da sociedade do conhecimento e da tecnologia. No entanto, considerando as múltiplas facetas da alfabetização e do letramento e a importância de uma ação pedagógica que garanta o desenvolvimento desses processos na aquisição e apropriação da língua escrita.

Alfabetizar Letrando não constitui um novo método de alfabetização, consiste na utilização de textos variados no ambiente escolar, melhorando assim a prática de somente alfabetizar, sendo essa uma perspectiva pedagógica com metodologias relacionadas à aquisição da leitura e da escrita. A proposta de alfabetização na perspectiva do letramento constitui um desafio para a prática pedagógica, pois requer mudanças significativas acerca das questões teórico-metodológicas que norteiam essa prática a partir do ensino da leitura e da escrita, mudança e abandono das práticas mecânicas e repetitivas, sustentada pelos métodos

tradicionais, requer tomada de novos rumos alfabetizadores, desenvolvendo conteúdos que estejam conectados com práticas sociais vivenciadas pelos alunos.

A prática pedagógica alfabetizadora é um dos dilemas da contemporaneidade, pois, muitas transformações vêm ocorrendo ao longo dos anos no meio educacional, especificamente, no processo de alfabetização. Os problemas de aprendizagem visíveis no processo de leitura e escrita têm sido apontados como causa a prática pedagógica, ou seja, os métodos utilizados na sala de aula que tem o objetivo de sanar o fracasso escolar. É importante enfatizar os métodos de alfabetização que fizeram (faz) parte do processo de leitura e escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999). Assim, podemos citar o método sintético e o método analítico. Conforme Frade (2005, p. 22):

Os métodos sintéticos vão das partes para o todo. Nos métodos sintéticos, temos a eleição de princípios organizativos diferenciados, que privilegiam as correspondências fonográficas. Essa tendência compreende o método alfabético, que toma como unidade a letra; o método fônico, que toma como unidade o fonema; o método silábico, que toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que a sílaba.

Este método é considerado um dos mais eficazes no processo de aprendizagem da leitura e escrita, porém, há críticas de que esse processo de aprendizagem traz correspondências fragmentadas, o ensinamento de partes isoladas, promovendo repetições e memorizações (MORTATTI, 2006). O método analítico veio contrapor o método sintético, pois, “partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração. São mais conhecidos os métodos globais de contos, o de setenciação e o palavração” (FRADE, 2005, p. 22). A compreensão que se faz do método analítico para o processo de aprendizagem está em ensinar o aprendiz de forma global. Assim, compreendendo a leitura pelo todo poderia analisar este processo posterior por partes menores. Neste contexto de mudanças e a disputa acirrada sobre qual o melhor método e o mais eficaz, culminou no método misto de alfabetização, onde se utiliza o analítico e o sintético de forma sistematizada (FRANCIOLI, 2013).

Dessa forma, todos os caminhos que perpassou (perpassa) o processo de alfabetização e seus métodos, tinha uma visão simplista de como se ensinar. Com uma visão mais ampla desse processo, surge então a teoria construtivista com o objetivo de compreender o aprendizado, ou seja, como a criança aprende, e principalmente, aproveitando os conhecimentos adquiridos fora do contexto escolar aprendidos no meio familiar e social (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999). Esta teoria inspirou as autoras a pesquisarem o processo

de aprendizagem de crianças, que culminou no livro “Psicogênese da língua escrita”. A inserção do construtivismo no meio educacional, visto por muitos educadores como mais um método de alfabetização, que este vinha o propósito de resolver os problemas de fracasso escolar.

A intenção desta teoria centra-se no “sujeito cognoscente” que conforme Ferreiro e Teberosky (1999, p. 29), “é o sujeito que aprende basicamente através de suas ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo”. Nesta linha de pensamento, fica evidente que o sujeito tem responsabilidades sobre sua aprendizagem, através de suas vivências e conhecimentos de mundo. É nesta mesma vertente que é apresentado o letramento, cujo foco está nos “aspectos sócio históricos da aquisição da escrita” (TFONI, 2010, p. 12). Dessa forma, é proposta um novo conceito para o processo de aprendizagem da leitura e escrita, alfabetizar letrando. Este processo não envolve somente os conhecimentos e habilidades da leitura e escrita; envolve também o:

[...] professor, consciente de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, conceba a alfabetização e o letramento como fenômeno complexos e perceba que são múltiplas as possibilidades de uso da leitura e da escrita na sociedade (MACIEL; LÚCIO, 2008, p. 13).

Além disso, é preciso que o professor reflita sobre sua maneira de planejar as aulas e principalmente, que tenha como propósito o processo de alfabetização do ponto de vista do letramento, para que assim, não faça uso de práticas ultrapassadas, e que este processo na sala de aula aconteça de forma simultânea e não separada no mesmo contexto, para que assim, possa contribuir com a formação do sujeito no mundo social.

Trabalhar em sala de aula alfabetizando e letrando não é tarefa fácil, são desafios atuais que vai exigir do professor alfabetizador formação específicas para atender esta demanda. Nesta perspectiva, destacamos aqui o papel do professor que alfabetiza, por este ser responsável pelo início de toda vida escolar do aluno, pois a má alfabetização do aluno ou a sua má formação inicial é refletida nas séries posteriores. Portanto, investir na formação dos professores é investir na formação do aluno e na continuidade de sua vida acadêmica após a educação básica. Dessa forma, alfabetizadores sem formação, ou seja, sem preparo de sua atuação profissional enquanto professor o que implica dizer que as dificuldades são imensas.

Assim, a formação dá-se num processo que ocorre ao longo da vida e não se pode separar o professor da pessoa que ele representa, pois, mesmo exercendo papéis sociais diferentes, estes papéis são representados por um mesmo indivíduo, Nóvoa (1992, p. 15)

confirma isso ao dizer que “o professor é uma pessoa; e uma parte importante da pessoa é o professor”. Nesse processo, formar-se não é acumular conhecimentos, mas sim adquirir saberes, aplicá-los e transformá-los em outros instrumentos de auxílio da profissão. Por isso, entendemos que a identidade do indivíduo é construída a partir da cultura e esse aspecto é importante para a construção da concepção de mundo dos seres humanos. Sendo assim, não se pode separar a pessoa e o profissional, pois a formação está ligada a experiência de vida. Portanto, a história de vida do professor influencia na profissão.

Acreditamos que o professor que alfabetiza deve ter uma formação diferenciada que leve em consideração fatores como a codificação e letramento. Isso porque uma classe de alfabetização é uma classe diferente, não desigual. É uma classe diversificada, heterogênea, plural e que nela situam várias pessoas com diferentes níveis de conhecimento. Alfabetizar em uma classe heterogênea é um desafio quando não é dado ao professor formação e condições para o desenvolvimento do seu trabalho. Para Cagliari (1998), o professor alfabetizador deve ter conhecimentos linguísticos e estudar pedagogia, metodologia, psicologia é importante, mas ninguém se forma um bom alfabetizador só com essas disciplinas fundamental é saber como a linguagem oral e escrita se combinam ou se juntam para forma as palavras.

Hoje o desafio maior é "Como alfabetizar letrando". Os processos de alfabetização e letramento são complexos, mas fundamentais para a inclusão social. O ensino de Letramento rompe barreiras tradicionais que considera a alfabetização como pré-requisito para o domínio da leitura e escrita. Pois entendemos como letramento, o processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários e como alfabetização o aprendizado mediante ensino, domínio ativo e sistemático das habilidades de ler e escrever. Considerando o papel dos alfabetizadores na qualidade da educação, é preciso não apenas garantir a formação adequada desses profissionais, mas também oferecer-lhes condições de trabalho adequadas e valorizá-los, para atrair e manter, em sala de aula, esses profissionais.

A ESCOLA: NOVA POSTURA NA PRÁTICA PEDAGOGICA

Os estudos hoje vêm mostrando que crianças que vivem em meios letrados já levam para essa aprendizagem formal da linguagem escrita muitos conhecimentos. Então, quando elas chegam a escola, precisam de muito pouca informação para compreender como é que o

sistema alfabético funciona, como é que se lê e escreve. Porque elas já sabem para que é que serve ler e escrever na nossa sociedade. Elas vão para escola quase que para finalizar esse processo e compreender, ter informações mais específicas sobre esse processo.

A escola vive um momento de transição, em que aprender a ler e a escrever não basta, é necessário que os educandos sejam orientados para se apropriar do sistema da escrita para sua vida de forma crítica. E isso só será feito através do letramento. Considerando, entretanto, que a escola deve ir além dos aspectos práticos da vida, sem deixar de incluí-los.

A escola é o espaço de alargar, conhecer e adentrar novos universos, que possam dar outros significados à vida, contribuindo para que se compreenda a realidade de outras maneiras. À escola cabe ampliar as experiências de leitura e escrita, proporcionando à criança condições para a alfabetização, a partir das marcas trazidas para o ambiente escolar, pois, é papel da escola,

[...] além de aperfeiçoar as habilidades já adquiridas de produção de diferentes gêneros de textos orais, levar à aquisição e ao desenvolvimento das habilidades de produção de textos escritos, de diferentes gêneros e veiculados por meio de diferentes portadores [...] (SOARES, 1999, p. 69).

Contudo, pensar a alfabetização na perspectiva do letramento implica na compreensão de um trabalho pedagógico organizado a partir da reflexão em torno desses termos, enquanto processos distintos, específicos, porém indissociáveis, que envolvem procedimentos diferenciados de ensino, considerando a necessidade e a importância de desenvolver a alfabetização num contexto de letramento. Assim considerando a dimensão social da escola, a fim de que o fazer docente seja ressignificado mediante o desenvolvimento de ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento da leitura e da escrita como práticas sociais, tendo como ponto de partida e de chegada a escola podemos entender que a escola exerce um papel fundamental como espaço que produz e caminha para a concretização do processo alfabetizador.

Se as normas e regras que compõem o caráter escolar dificultam o ensino da leitura e da escrita enquanto práticas sociais, e se este não o único meio de difundir essas práticas, mas, se é o mais aceitável deve-se então, nos preocupar com a qualidade com que se ensina a leitura e a escrita dentro da escola, Soares (2003), salienta que:

Práticas de letramento a se ensinar são aquelas que, entre as numerosas que ocorrem nos eventos sociais de letramento, a escola seleciona para torná-los objetos de ensino, incorporada aos currículos, aos programas, aos projetos pedagógicos, concretizadas em manuais didáticos, práticas de letramento ensinadas são aquelas que ocorrem na instância real da sala de aula, pela

tradução dos dispositivos curriculares e programáticos e das propostas dos manuais didáticos em ações docentes, desenvolvidas em eventos de letramento que, por mais que tentem reproduzir os eventos sociais reais, são sempre artificiais e didaticamente padronizados, práticas de letramento adquiridas são aquelas, de que, entre as ensinadas, os alunos efetivamente se apropriam e levam consigo para a vida fora da escola. (ibid.p.108)

Sabemos, pois, que a escola é constituída por regras e normas que ordenam o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, os alunos são separados e organizados de acordo com sua faixa etária, o que determina tratamentos específicos para cada grupo distinto. A esse processo se dá o nome de escolarização, processo inevitável que institui e constitui a essência da escola. (SOARES, 2001)

Não se consegue mudar um processo escolar se apenas uma parte dos indivíduos envolvidos, direta e indiretamente, estiver apta e disposta a promover determinadas mudanças dentro desse mesmo processo. É preciso que haja um envolvimento de todos, onde busquem traçar os caminhos mais adequados para chegar ao destino proposto e esperado. Porém, essa busca gera polêmica e um ressaltado muito grande. A polêmica se cria no momento de escolher tais caminhos, visto que, uma parte prefere os caminhos mais “curtos” e “fáceis” aos mais longos e com maior nível de obstáculos. Porém, sabemos que nem sempre, ou melhor, quase nunca, os caminhos mais curtos são os mais viáveis e seguros para se chegar a escola que queremos. O ressaltado está, justamente, no fato de temer o novo, de achar, a partir da visão do outro, que toda novidade traz insegurança e gera desequilíbrio. O medo do que é novo atrasa – quando não impede –, não raro, a evolução do ser humano e ratifica a crescente marginalização instalada há séculos em nosso meio.

A escola não pode ter medo do novo. O medo de se deparar com as diferenças, o medo de enxergar no outro um ser diferente e a ressalva de sentir a amplitude de variedades humanas que compõem a escola. A escola deve cumprir a sua função de agente modificador e transformador e uma das possibilidades para se efetivar de fato a mudança e aceitação do letramento como fonte de inclusão dos alunos. É preciso rever os conceitos, compreendê-los em seu todo para que se possa aplicá-los nas práticas pedagógicas escolares.

Signorini (2004, p.161-162), afirma que:

E como é a escola o principal, se não o único, meio de acesso ao letramento do tipo valorizado pela sociedade burocrática, esse fator tende a ser confundido com a escolarização: quanto maior o nível de escolarização, maior o grau de letramento e melhor a *performance* do indivíduo na comunicação social; ou, inversamente, quanto mais baixo o nível de escolarização, menor o grau de letramento

Surge daí, pois, a importância da escola para se conseguir atingir uma modificação nas raízes do nosso sistema educacional. A escola hoje não é um único meio de letrar, mas é a fonte para a efetivação e prática deste letramento trazido do mundo social dos alunos. A mudança tem que começar pela escola. É preciso que as unidades de ensino enxerguem a necessidade da mudança, pois, caso contrário, não verá motivo e nem haverá motivação, por parte do educando, para estabelecer uma leitura mais no contexto social vivido por esses educandos.

Surge então, a necessidade de as escolas repensarem seu papel social. Não apenas alfabetizar. Não apenas fazer com que o indivíduo permaneça na escola por mais tempo, mas dar qualidade a esse tempo de permanência nas escolas. Ou seja, letrar os seus alunos, pois o letramento possibilita que o indivíduo modifique as suas condições iniciais, sob os aspectos: social, cultural e econômico para este crescer tanto cognitivamente quanto criticamente. (GOULART, 2006)

Dessa forma, faz-se necessária a compreensão de que o processo da alfabetização envolve situações de ordem psicológica, sociolinguística e principalmente linguística (SOARES, 2004), que não podem ser desconsideradas no tratamento didático no ensino da língua, envolvendo diferentes metodologias, por isso a escola se torna peça fundamental nesse processo, visto que ela deve e pode fazer parte da construção do processo alfabetizador.

A escola deve ter a preocupação de criar uma maior interação, através do mundo social, com os seus alunos. Não pode haver juízo de valor que determine o discurso de um superior e melhor que o do outro e a escola sabe disso, ou pelo menos, deveria saber e aplicar nas suas práticas cotidianas o mundo de letramento do educando. Pois letrar e alfabetizar são dois processos que ocorrem simultaneamente e o convívio social da instituição de ensino faz parte desse processo, principalmente o social que legitima o letramento. Neste cenário, a escola enquanto espaço socialmente instituído e oferece, condições para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na reflexão mencionada neste trabalho, é necessário compreender a prática pedagógica como elemento de produção do conhecimento, dessa forma, ocorre a necessidade e precisão do alfabetizar letrando. Assim constitui-se em um trabalho feito pelo educador e também pelas pessoas que participam do aprendizado da criança, requerendo mudanças

significativas acerca de práticas pedagógicas através do ensino da leitura e da escrita para o seu aprimoramento nas séries iniciais.

Nossa alfabetização é vista mais sobre os olhos do voluntarismo do que qualquer outra coisa. Os professores de alfabetização são vistos como benfeitores mal remunerados e com precárias condições de trabalho e formação profissional. Costuma-se empurrar a educação “com a barriga”, sem esforço algum, num processo de osmose, onde o principal foco é conhecimento científico e o texto tipo ensaio, instrumentos validados e prestigiados pelo ensino elitista e excludente.

A escola brasileira alfabetiza o indivíduo, mas ainda não o torna letrado. Há, no pensamento mais íntimo de grande parte dos governantes e diretores educacionais, a ideia de que a alfabetização, por si só, é capaz de garantir acesso a melhores condições de vida e oportunidades para que o indivíduo insira a sua identidade no mundo globalizado e capitalista em que vive. Sabe-se que em momento algum da história do Brasil, comprovou-se, na prática, que alfabetizar o cidadão é dar a ele uma chance de ascender na escala social. Daí surge a eminente necessidade de mudar as concepções sobre a forma de alfabetizar no Brasil e essa mudança começa pela revisão da concepção de letramento adotada nas escolas brasileiras.

É preciso formar cidadãos letrados capazes de, não só decodificar sinais e símbolos, mas de representar as suas ideias e pensamentos em textos orais e escritos, bem como compreender os diversos discursos que circulam socialmente. Este sim é o grande desafio da prática pedagógica da maioria dos alfabetizadores.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Departamento da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo.** Brasília, 1998. V. 3, p. 151-152.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu.** São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRO, E. **Reflexões Sobre Alfabetização.** São Paulo, Cortez, 2001 (coleção Questões da Nossa Época).

_____. Alfabetização e cultura escrita. In: **Nova Escola.** São Paulo, Ano XVIII, n. 162,

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. Abril/Maio/2003, pp. 27 – 30.

FRADE, I. C. A. S. **Métodos e didáticas de alfabetização**: histórias, características e modo de fazer de professores. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, Sept/Dec2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14124782006000300006&lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MACEIL, F. I. P.; LÚCIO, I. S. **Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática**. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2008, p. 13-33.

MORTATTI, M. R. L. **Histórias dos métodos de alfabetização no Brasil**. Portal MEC - Seminário Alfabetização e Letramento em Debate. MEC/ Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf-mortattihisttextalfbbr.pdf. Acessado em: 15 de jan. 2019.

RIBEIRO, V. M. (Org.) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizont: Autêntica, 2001.

_____. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Cont exto, 2003.

_____. Alfabetização e Letramento, Caminhos e Descaminhos. **Revista Pátio**, ano VIII, n. 29, p. 20, fev/abr. 2004.

_____. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 0. set/out/nov/dez, 1999, p. 5-16.

SIGNORINI, I. Letramento e (In) Flexibilidade comunicativa. In: KLEIMAN, A.B. **Os significados do letramento**: uma perspectiva sobre a prática social escrita. 7. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda. 2004, p. 161 – 197.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 1995.